

COLÓQUIO TÉCNICO DISTRITOS

18 de maio de 2015

Síntese das Proposições dos Grupos de Trabalho – Grupo 1

1- USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A existência de granjeamentos irregulares configuram uma situação mais complicada para a Administração pública resolver. É necessário que se encontre uma solução, não regularizando simplesmente. A legislação federal deve ser respeitada e fomentada a discussão, a nível municipal, através da Câmara de Vereadores e da Prefeitura de Juiz de Fora, inclusive a inserção do tema no Plano Diretor. Esses loteamentos precisam doar áreas que não foram doadas, rever a infraestrutura implantada etc.
A regularização fundiária dos granjeamentos irregulares deve ficar a cargo e ônus dos loteadores e proprietários e não a cargo da Prefeitura, consequentemente da população.
As glebas rurais dentro do perímetro urbano devem ser tratadas sob a legislação urbanística – Lei 6.766.
Existem muitos lotes pertencentes à Prefeitura no Distrito de Sarandira. Para evitar o êxodo rural, a Prefeitura deveria lotear essas áreas para as pessoas que querem morar no núcleo de Sarandira.
Não existem políticas ou investimentos voltados para a área rural, o que existe é um enorme descaso.
Fomentar o turismo rural no eixo da estrada de Monte Verde.
Estudar formas de regularizar o loteamento localizado em Dias Tavares, lembrando que existem conflitos entre legislação ambiental e o direito de posse. Existem, ainda, os casos em que moradores são vítimas.
Os granjeamentos já existentes precisam passar pelo processo de regularização dentro da legislação vigente: doar áreas, ampliar logradouros e doá-los, implantar infraestrutura etc. A Prefeitura não deve arcar com os custos necessários para a regularização desses loteamentos.
O eixo da MG-353 (lei rurbana) deve ser incorporado pela Prefeitura e toda a legislação urbana deve ser cumprida e respeitada. Se existe a demanda, deve-se aceitá-la e fomentá-la.
Incentivar os granjeamentos a tratar seus efluentes.
Incentivar o desenvolvimento sustentável, evitando o espraiamento da cidade. Deve-se ter cautela quando o assunto é a expansão da área urbana sobre a área rural.
Na área rural deve ser fomentada a produção agrícola de pequeno porte, inclusive com o incentivo à utilização de formas alternativas de plantio em solo ingreme, taludes e cortes.
Desenvolvimento da economia local com o fomento ao turismo e a culinária mineira.
Os núcleos sede dos distritos devem ser centralidades das áreas rurais adjacentes, concentrando equipamentos e serviços.
Para preservar o direito de propriedade, os condomínios precisam ser regularizados. Porém os loteadores precisam fazer as compensações e se adequarem à legislação.
Novos empreendimentos devem ser fiscalizados e proibidos caso exista o interesse de preservação. Que os loteamentos e granjeamentos sejam feitos somente nos locais viáveis e de acordo com a lei.
Existem estudos dentro do Plano Estratégico Regional que verificou a vocação do município para a fruticultura. Deve-se resgatar esse projeto e incorporar ao Plano Diretor.
Os granjeamentos da área rural não trazem fomento à economia da cidade, por outro lado concentram pessoas da área urbana que busca o campo nos finais de semana. Isso não traz desenvolvimento e melhoramento da economia local. O espraiamento da cidade através dos granjeamentos rurais é muito perigoso.
Para a regularização dos loteamentos deve-se aplicar a legislação em vigor – doar áreas institucionais, públicas etc.
Fomentar o cooperativismo entre os pequenos produtores, visando a compra e venda em maior



escala.
Estudar o impacto do fomento econômico da área rural, como área produtiva, em detrimento da pressão de ocupação pela área urbana, para loteamentos.
No Brasil existe a política de sempre se regulamentar o que foi feito de maneira errada. Não deve-se regulamentar! Porém, se for prosseguir com a regulamentação, deve-se aplicar multas pesadas para inibir o crescimento e continuidade dessas práticas (granjeamento rurais).
É preciso trazer qualidade para as localidades da área rural. Criação de mini-mercados, fomento à produção e ao escoamento.
Muitos granjeamentos são ocupados por população de baixa renda. A questão social precisa ser avaliada caso a caso.
Só os granjeamentos não trazem fomento econômico, mas eles são uma realidade e podem ser atrelados ao desenvolvimento de outras atividades, como o turismo, por exemplo. Essa população pode ajudar a fomentar o desenvolvimento da área rural, mesmo que seja durante o final de semana.
Existem potencialidades na área rural que devem ser consideradas e estimuladas como a fruticultura, apicultura e a produção de alimentos orgânicos.
No granjeamento de Dias Tavares as pessoas compram porque o lote é mais barato, refletindo uma situação complicada.
Existem granjeamentos da área rural que são socialmente vulneráveis. É necessário que se avalie essa situação. Mesmo os loteamentos que não são de interesse social, podem ser positivos no sentido movimentar o consumo e o turismo da área rural.
Os loteadores precisam ser punidos e fazer compensações ambientais e/ou financeiras à coletividade em caso de descumprimento com a Lei.

2- HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Deve-se mapear as áreas de especial interesse social (AEIS) da área rural e estimular a produção agrícola vinculada à população de baixa renda que vivem nessas áreas.
Muitas pessoas são tiradas da área rural para serem instaladas em empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) na área urbana, isso não deveria acontecer. Antes deve ser avaliado a possibilidade de implantação do programa MCMV dentro das áreas rurais.

3- MOBILIDADE

Carência de locomoção entre os núcleos dos distritos e a cidade de Juiz de Fora, o escoamento da produção rural, através de rodovias, deve ser melhorado.
As estradas são péssimas e carecem de manutenção.

4- SANEAMENTO, MEIO AMBIENTE E ÁREAS VERDES

A topografia adversa cria dificuldades para agricultura e Juiz de Fora ainda não descobriu sua vocação para a área rural. A Secretaria de Abastecimento e Agropecuária precisa encontrar a vocação dessa área para reativar sua economia.
Ainda existe o descaso do Poder público com os núcleos e localidades dos distritos, principalmente em infraestrutura urbana, saneamento etc. Deve-se criar infraestrutura de qualidade, com sustentabilidade, de forma a qualificar essas áreas. Fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas, como agronegócio e turismo vinculado ao patrimônio.
As redes públicas de coleta de esgoto existem parcialmente e destinam o esgoto diretamente para os córregos. Deve-se investir em fossas sépticas nas ocupações dos distritos.
Criar legislação que barre a pressão de ocupação por hidrelétricas e outros equipamentos impactantes.
Existe grande potencial natural e arquitetônico na área rural que fomenta e sustenta o turismo.
O Parque da Picada, em Torreões, está abandonado. Existe a intenção de passar o parque para a Prefeitura e torná-lo de uso público.



Desenvolver o cuidado e o tratamento das águas do Parque de Picada, que encontra-se tomado por plantas aquáticas e contaminado pelo esgoto doméstico e da suinocultura.
Deve-se mapear as áreas de interesse ambiental e as áreas de preservação.
Utilizar os dispositivos de fossas e o tratamento de resíduos. A Prefeitura deve ter um modelo padrão a ser exigido.
Em Dias Tavares existe uma área de proteção permanente (APP) com característica brejosa e plana que precisa ser preservada. Devendo-se redobrar o cuidado com pressão da expansão de áreas industriais para a localidade.

COLÓQUIO TÉCNICO DISTRITOS

18 de maio de 2015

Síntese das Proposições dos Grupos de Trabalho – Grupo 2

1- USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Maior fiscalização dos órgãos responsáveis aos empreendimentos imobiliários, granjeamentos e desmatamentos.
Reavaliar o funcionamento e a estrutura da Secretaria de Agropecuária e Abastecimento.
Aparelhar melhor os núcleos urbanos, levando boas condições de trabalho e moradias.
Acessibilidade de serviços para que os moradores não precisem vir até o distrito Sede para buscar serviços essenciais.
Ampliar a produção de leite, frutas, hortaliças, dentre outros, com o fomento da Prefeitura e de outras ferramentas de apoio, incentivando, inclusive, a comercialização destes produtos.
Já existe a Secretaria de Agropecuária com estrutura e espaços físicos, agora é necessário o desenvolvimento de incentivos e políticas públicas para nortear os produtores com bons projetos.
As agrovilas são uma forma de incentivar a permanência do homem no campo ao mesmo tempo que oferece melhores condições de vida.
Devem ser desenvolvidas e incentivadas as cooperativas juntamente com as agrovilas.
Pensar a vocação específica de cada Distrito.
Ausência de informações na Secretaria de Agropecuária e Abastecimento dificulta a implantação de algumas políticas, como a da agricultura familiar, por exemplo. Seria ela um possível caminho?
Não existem estudos sobre o potencial turístico do município, faltam informações.
Existe o potencial turístico com a bucolidade de alguns núcleos.
Existe algum projeto ou plano que para o desenvolvimento da área rural? E sobre a fixação do homem no campo?
Cuidar da área rural para que não fique urbanizada com aglomerados sem planejamento e favelização.
Fortalecer culturas específicas, incentivando as cooperativas, potencializando o que é melhor para os Distritos.
A gestão dos Distritos deve ser catalisada pela Prefeitura de Juiz de Fora junto aos órgãos responsáveis.
Deve ser questionado o papel que a Secretaria de Agropecuária e Abastecimento realiza frente aos problemas vivenciados pelos distritos da área rural.
Desenvolver as políticas da Secretaria de Agropecuária e Abastecimento juntamente com as Secretarias de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Planejamento e Gestão, dentre outras, para um trabalho mais efetivo, por meio de diálogos e parcerias.
Deve-se conhecer o potencial de cada lugar e incentivar a agricultura de subsistência. A sociedade atual perdeu o hábito de plantar e, com isso, busca todos os produtos nos supermercados.
Divulgar os estudos que existem da EMATER, EMBRAPA, entre outras, e desenvolver um



JUIZ DE FORA
PREFEITURA

Secretaria de Planejamento e Gestão

Av. Brasil, 2001 – 4º e 5º Andares - Centro – CEP 36.060-010 - Tel: (32) 3690-7738 ou 3690-7366 - Juiz de Fora - MG

trabalho em conjunto com as Secretarias buscando “reeducar” os moradores.

2- HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Não tem sinal de celular e/ou internet em Rosário de Minas. Quando for realizar a implantação do sinal a antena deverá estar cercada e protegida para evitar danos.
Devem ser construídas unidades de pronto atendimento (UPA) em pontos estratégicos da área rural.
Desenvolver uma pesquisa sobre a renda média das famílias e fomentar apoio e inclusão social.
Com o êxodo rural, a mão de obra, para trabalhar na produção agropecuária, ficou escassa.
Pensar a melhor forma de se implantar uma política habitacional, considerando as deficiências de algumas localidades, como Sarandira, e planejar para que a falta de políticas eficientes não seja uma realidade em outros núcleos.
A cidade carece de política pública para a área rural.
Incentivar a agricultura local de forma a abastecer a merenda escolar com leite, hortaliças, frutas etc.
A implantação de um sinal de telecomunicação nos distritos permitirá o desenvolvimento do ensino a distância.
Criar condições para que a população sinta-se incentivada a permanecer no local. Condições básicas de saneamento básico, estação de tratamento de esgoto (ETE), dentre outras, podem ajudar.
Desenvolver um projeto, juntamente com os pequenos proprietários, de implantar fossas sépticas nas áreas rurais e afastadas. A Prefeitura de Juiz de Fora poderia oferecer um financiamento a longo prazo e buscar, até mesmo, convênios com união.
Construir um sistema de abastecimento água potável para atender os núcleos urbanos.
Atenção ao abastecimento e esgotamento sanitário básico.
Humaitá tem o abastecimento de água precário.
Novas moradias estão surgindo clandestinamente e o Poder público deve fiscalizar estas áreas. Existe a tendência a uma favelização o que gera perdas no potencial turístico.
Incentivar o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) rural com o apontamento, dentro do Plano Diretor, de áreas para assentar os moradores, com lotes maiores, incentivando o plantio.
Os Distritos devem ter condições mínimas de atrair os moradores que saíram em busca de melhores condições de vida.

3- MOBILIDADE

Asfaltar as estradas que dão acesso aos distritos, melhorando o acesso a essas localidades.
Melhorar a qualidade do transporte e das vias.
Construir pontes, mata-burros e um anel rodoviário, interligando os núcleos e facilitando o escoamento da produção.
Desenvolver a política de educação com melhorias no ensino. Construir de escolas que ofereçam ensino médio, cursos profissionalizantes etc.
Qualificar as vias de ligação entre Rosário de Minas e Torreões.
O crescimento urbano dentro dos distritos exige uma atenção à mobilidade, pois as estradas não são boas e existem dificuldades no cumprimento nos horários do transporte público, seja em períodos chuvosos ou em períodos de seca.
As estradas para Sarandira são de terra e devem receber um tratamento periodicamente para melhorar o acesso.

4- SANEAMENTO, MEIO AMBIENTE E ÁREAS VERDES **

Deve-se incentivar a implantação de fossa séptica, pois o percentual de residências que utilizam este sistema ainda é baixo. É necessário analisar aonde o esgoto é jogado.
Estabelecer mecanismos de controle sobre o cultivo inadequado, como o de eucalipto, por



exemplo. Reavaliar o plantio e buscar o equilíbrio da fauna e flora, lembrando que a silvicultura (plantação de eucalipto) não implica em reflorestamento.
Incentivo ao reflorestamento com ajuda e orientação dos técnicos.
Incentivo a agropecuária com foco na atividade sustentável e fixação do homem no campo.
Avaliar a mudança do Parque de Exposição para um dos distritos, com área de cultura, lazer e preservação do patrimônio.
Incentivar o pequeno produtor para que possa oferecer insumos para a merenda escolar.
Estudar a viabilidade de criar um cinturão verde e buscar convênios com Ministério do Desenvolvimento Agrário, Caixa Econômica Federal (CEF), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), dentre outros.
Incentivar e fortalecer as cooperativas.
Desenvolver o ecoturismo no Parque de Picada e verificar a situação do local junto ao Ministério Público.
Olhar com cuidado e atenção a Usina de Picada e o Parque.
O esgoto canalizado, dentro dos Distritos, não é tratado. Deve-se direcionar o esgotamento sanitário para uma estação de tratamento de esgoto (ETE). Podem ser avaliadas outras maneiras para o tratamento, como os biodigestores, as fossas sépticas, dentre outros.
Educar o produtor para preservar as nascentes em topo de morro, mudar a cultura das pessoas quanto a questão ambiental.



LEITURA COMUNITÁRIA DISTRITOS	
AMBITO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	NATUREZA DAS CONTRIBUIÇÕES
mobilidade	Melhoria da qualidade do transporte
	Melhoria vias (ruas e estradas) com calçamentos e asfaltos
	reavaliação/reforma/construção de pontes e mata burros
	Anel Rodoviários possibilitando interligar distritos/área rural facilitando escoamento produção
Saneamento	Incentivo a implantação de fossa séptica residências rurais (MCMVR inclusive)
	Maior fiscalização dos órgãos FEM no desmatamento e nos empreendimentos imobiliários
	Incentivo à atividade agropecuária
	Política de educação para área rural com foco atividade sustentável (ensino nos três níveis)
	Controle do cultivo inadequado (fiscais, ITR, Créditos C) com orientação técnica (FEM)
	Incentivo ao reflorestamento (fiscais, ITR, Créditos C) com orientação técnica nas espécies nativas
Planejamento e Gestão do Solo	Maior fiscalização dos órgãos FEM no desmatamento e nos empreendimentos imobiliários
	Incentivo à atividade agropecuária com fixação do homem no campo
	Política de educação para área rural com foco atividade sustentável (ensino nos três níveis)
habitação	Construção de equipamentos para educação com foco na atividade rural próximo ou equidistantes
	UFJF agronomia IFET técnico SENAR Pronatec
	UPA da Zona Rural em local equidistante das residências
	Estudar a mudança do parque de exposição para área equidistante (exposição; lazer e cultura)
economia	Incentivo à atividade agropecuária
	Política de educação para área rural com foco atividade sustentável (ensino nos três níveis)
	Política de incentivo a produção através de compra da produção para merenda escolar
	Buscar convênios com MDA, CEF, SENAR
	Incentivo ao cooperativismo
Siglas	MCMVR - Minha Casa Minha Vida Rural FEM - Federal, Estadual e Municipal ITR - Imposto Territorial Rural

Colóquio Técnico Distritos e Área Rural
Delegados: Neio Lúcio Ramos Silva/Anderson B. da Silva Christ